



# Anais da Assembléia

Número 223

Curitiba, Terça-feira, em 09 de dezembro de 1.997

Ano XXII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**

4º Secretária - PPB

**ANGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Bastlio Zanusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Mgrquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 066ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997  
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Albanor Gomes

As quinze horas quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caito Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO Nº 3201**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.12.1997.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

**ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 112/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza doação de imóvel ao Município de Jacarezinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 516/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito – CIRETRAN, no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 549/97, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que autoriza o Poder Executivo a doar a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância – APMI, o imóvel que abaixo especifica, situado no Município de Borrazópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 580/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel ao Município de Inácio Martins. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 610/97, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel, localizado na Av. Brasil, lote 09, quadra nº 20, ao Município de Santo Antonio do Sudoeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 638/97, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar quatro lotes urbanos para o Município de Chopinzinho, neste Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 651/97, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Luiz Claudio Romanelli, que cria no Estado do Paraná Área de Proteção Ambiental – APA, no trecho denominado Arroio do Arujá, situado no Município de São José dos Pinhais, e dá outras providências. COM PARECER ES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 199, de 17.11.97.).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 651/97**

**PARECER:**

**RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Deputados Anibal Khury e Luiz Cláudio Romanelli, tem por finalidade criar no Estado do Paraná Área de Proteção Ambiental - APA, no trecho denominado Arroio do Arujá, situado no Município de São José dos Pinhais, e dá outras providências.

### FUNDAMENTAÇÃO

A Área de Proteção Ambiental - APA - traduz-se por uma unidade de conservação destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas regionais.

Postula-se através deste projeto a criação de uma Área de preservação Ambiental Estadual no Arroio do Arujá, no Município de São José dos Pinhais, pois tal medida tem caráter urgente, tendo em vista Projeto municipal de estabelecer loteamentos populares no local. Salienta-se que a área especificada tornou-se APA municipal por força da Lei nº 045/95. Neste sentido, entendemos que inexistem óbices de natureza legal, constitucional e regimental que venham a prejudicar o trâmite normal da matéria por esta Casa de Leis.

### CONCLUSÃO

Assim sendo, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar vem a fazê-lo no sentido FAVORÁVEL, sendo pois pela sua APROVAÇÃO.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 651/97

PARECER:

#### RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Luiz Cláudio Romanelli, tem por objetivo criar no Estado do Paraná Área de Proteção Ambiental - APA, no trecho denominado Arroio do Arujá, situado no Município de São José dos Pinhais, e dá outras providências.

### FUNDAMENTAÇÃO

A Área de Proteção Ambiental - APA, traduz-se por uma unidade de conservação destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas regionais.

### CONCLUSÃO

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

EDNO GUIMARÃES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 672/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 105/97, que aprova

ajuste no Programa de Obras constante do anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 2.218.921,00 (dois milhões duzentos e dezoito mil, novecentos e vinte e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 211, de 27.11.97, Mens.).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 672/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 105/97, objetiva a aprovação ao orçamento da FUNDEPAR para este exercício, de modo a viabilizar a construção de salas de aula, ambientes administrativos e melhorias em outras dependências em diversos municípios.

A medida proposta, em obediência ao que preceitua a Constituição Estadual em seu Art. 135, inciso V, foi encaminhada ao Poder Legislativo para a competente autorização e dela consta a indicação dos recursos que lhe dão cobertura.

Tendo em vista que a proposição está em conformidade com os ditames constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 672/97

PARECER:

O Plano de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 105/97) tem por finalidade aprovar ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 2.218.921,00 (dois milhões, duzentos e dezoito mil, novecentos e vinte e um Reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional.

O presente Projeto obteve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça. No que cabe a esta Comissão de Finanças analisar, nada encontramos que possa inviabilizar a normal tramitação deste, pelos demais órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.12.97.

(aa) ALBANOR GOMES - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

Em Votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) - Apenas o meu voto contrário, mantendo, portanto, a minha emenda ao Orçamento do Estado do Paraná. Até serve como alerta tendo em vista que há uma discussão, no momento, sobre a questão do Orçamento. E aqui é mais uma demonstração de que nós brincamos de fazer emendas ao Orçamento e aprová-las. Porque nós aprovamos e o Governo manda mensagem para retirá-la.

Eu voto contrário a minha emenda, solicitaria a manifestação dos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) –  
Perfeitamente registrado o voto contrário de Vossa Excelência.  
Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI – Querira Excelência pelas mesmas razões do Deputado Irineu Colombo que a Mesa registrasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) –  
Perfeitamente anotado o voto contrário de Vossa Excelência.  
Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) – Só para uma questão de esclarecimento, o senhor poderia dizer qual o projeto que está sendo discutido?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Primeira discussão do Projeto de Lei nº 672/97.  
Perfeitamente anotado também pela Mesa o voto do Deputado Florisvaldo Fier.

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 673/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 099/97, que objetiva acrescentar às alíquotas das Tabelas pertinentes à taxa de segurança, de que trata o Art. 4º, da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, que especificamente na Tabela 8, classificação 8.4, a alíquota 8.4.2.1., que se refere à taxa devida por exame de aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 211, de 27.11.97. – Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 673/97

##### PARECER:

O Projeto de Lei sob exame, é originário da Mensagem Governamental nº 99/97 e objetiva acrescentar à tabela 8, integrante da Lei nº 7.257/79 (Taxa de Segurança Pública), alíquota específica para cálculo da Taxa correspondente à realização do exame psicológico para manuseio de arma de fogo.

Analisando o Projeto de Lei à luz das Constituições Federal e Estadual; a legislação infraconstitucional que rege a matéria e do Regimento Interno desta Casa, nenhuma restrição se apresentou, portanto a proposição está em condições de merecer o Parecer Favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA – Presidente  
GERALDO CARTÁRIO – Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 673/97

##### PARECER:

##### RELATÓRIO

Da autoria do Poder Executivo, o presente projeto, oriundo da Mensagem Governamental nº 99/97, objetiva acrescentar às alíquotas das Tabelas pertinentes à Taxa de Segurança, de que trata o art. 4º, da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, especificamente na Tabela 8, classificação 8.4, a alíquota 8.4.2.1, referente à taxa devida por “exame de aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo”.

##### FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto em questão passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, merecendo desta PARECER FAVORÁVEL, por não apresentar restrições de ordem constitucional, ordinária ou regimental.

##### CONCLUSÃO

Assim sendo, na análise cabível à esta Comissão, conforme lhe outorga o Parágrafo 3º, do art. 33, do regimento Interno. Além de estar respaldado nos altos interesses da Administração, pois, ensejara condições de obtenção de recursos financeiros para cobertura de despesas. Assim sendo, nosso Parecer é FAVORÁVEL.  
Sala das Comissões, em 03.12.97.

(aa) ALBANOR GOMES – Presidente  
ADEMAR TRAIANO – Relator

O SR. FLORISVALDO FIER – Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Pela Ordem concedo a palavra ao ilustre Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) – No momento da discussão do item 10, quero me inscrever para discutir, não só para encaminhar. No Regimento Interno permite o uso da palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Já está Vossa Excelência inscrito. Não precisaria de forma nenhuma apelar para o regimento, que democraticamente lhe concedemos a palavra pelo tempo que Regimento lhe permite.

Em discussão, em votação, APROVADO o item nº 09.

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 686/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 107/97, que institui o PARANÁ EDUCAÇÃO, conforme especifica COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 213, em 02.12.97. – Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 686/97

##### PARECER:

Através da Mensagem nº 107/97, o Chefe do Poder Executivo encaminha o presente projeto de lei que visa instituir no âmbito da administração pública estadual o “PARANÁ EDUCAÇÃO”, pessoa jurídica de direito privado com a finalidade de auxiliar na gestão do sistema

estadual de educação, através da assistência institucional, técnico - científica, administrativa e pedagógica.

A criação de tal instituto pretende dar maior flexibilidade organizacional e operacional concedendo maior autonomia administrativa e financeira às escolas do sistema e dando um ordenamento mais participativo na questão educacional.

O projeto se enquadra nos dispositivos regimentais e constitucionais, inclusive do artigo 37, XIX da Constituição Federal, não havendo qualquer óbice, no estrito sentido desta Comissão, para sua tramitação legislativa processual.

Sala das Comissões, em 09.12.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

Sobre o item nº 10, existe sobre o mesmo, requerimento retirando da Ordem do Dia. Em discussão o requerimento.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente por quantas sessões?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zak) - Por cinco (05) sessões.

O ilustre Presidente Anibal Khury, retira o Projeto e está apresentando ofício de momento, só retirando da Ordem do Dia desta Sessão. Retirado o item nº 10.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 710/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que incorpora aos proventos de inatividade do policial civil a gratificação

por tempo integral e dedicação exclusiva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 220, de 08.12.97.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 710/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury tem por objetivo incorporar aos proventos de inatividade do policial civil a gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 09.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zak) - Sobre a mesa, requerimento nº 3201, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 10, para logo após a sessão ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 651, 672, 673, 686 e 710/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 541 e 702/97.

Levanta-se a sessão.